

22 JUL 2014

GAZETA DO POVO

»JUSTIÇA

TJ inicia a 1.ª Semana Estadual de Conciliação

Da Redação

| Começou ontem a 1.ª Semana Estadual de Conciliação do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). A mobilização acontece em Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa, mas outras comarcas poderão aderir aos trabalhos ao longo da semana. Segundo o TJ-PR, somente o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do 2.º Grau do Tribunal de Justiça (Cejusc) deve realizar 450 audiências, de processos já selecionados. Por causa da grande quantidade de casos, as conciliações de competência deste órgão serão estendidas também para a semana seguinte. Nas comarcas, a quantidade de processos será determinada pelo magistrado ou coordenador. Para atender à demanda, o Fórum Cível da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba e o Centro Judiciário de Solução de Conciliação em 2.º grau atenderão das 13 às 18 horas. Para a Semana Estadual de Conciliação, foram selecionados processos que tenham possibilidade de acordo entre as partes envolvidas no conflito.

GAZETA DO POVO

» JUSTIÇA

CNJ mantém concurso de cartórios no Paraná

Luan Galani

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) negou pedido que pretendia suspender o concurso público do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) para preencher a titularidade de cartórios de notas e registros do estado. A decisão, do conselheiro Flavio Sirangelo, manteve a prova prática escrita do concurso realizada no domingo passado.

Alegação de erros

O pedido que pretendia suspender o concurso foi feito pelo tabelião Cicero Antônio Segatto Mazzutti. Segundo ele, haveria erros na distribuição das vagas — o que teria prejudicado o número de convocados para a segunda fase do certame e influenciado também a quantidade de vagas destinadas a pessoas com deficiência. Mazzutti argumentou que o concurso não teria seguido a Resolução n.º 81 do CNJ e a Lei 8.935/1994, que garante que o preenchimento de dois terços das vagas seja feito por concurso público e um terço seja preenchido por concurso de provas e títulos de remoção, com participação exclusiva daqueles que já estiverem exercendo a função de cartorário em outra unidade da federação. A reportagem tentou entrar em contato com Mazzutti, mas não obteve retorno até o fechamento da edição.

22 JUL 2014

No relatório da decisão, o conselheiro do CNJ responsável pelo caso explica que a aplicação do percentual determinado em lei não deve levar em conta unicamente as vagas oferecidas no concurso, mas as vagas existentes na Relação Geral de Vacâncias do Estado, como constam das regras previstas na Resolução n.º 80 do Conselho. Por esse motivo, justifica ele, pode ocorrer que a divisão do número total de cartórios em determinado concurso não seja exatamente de dois terços no critério de provimento e um terço no critério de remoção.

Inscritos

Quase 12 mil pessoas se inscreveram para o concurso do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) que deve preencher a titularidade de 500 cartórios extrajudiciais no estado. São 11,4 mil candidatos para promoção (novos titulares) e 444 para remoção (titulares que querem transferência para outros cartórios).

QUASE
12
MIL

pessoas se inscreveram para o concurso de cartórios do TJ-PR.

22 JUL 2014

GAZETA DO POVO

Presos do PR poderão trabalhar para empresas

*Kelli Kadanus, especial
para a Gazeta do Povo*

O Paraná deve implantar nos próximos dias o Programa Começar de Novo, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O programa tem o objetivo de sensibilizar órgãos públicos e a sociedade civil para que criem postos de trabalho e cursos de capacitação para presos e ex-presidiários. A ideia também é reduzir a reincidência no crime. Até então, o Paraná só tinha oportunidades de trabalho para esse público dentro dos órgãos da administração estadual.

A Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju) vai promover hoje uma webconferência para implantação do programa no âmbito dos patronatos (pessoas jurídicas que vão participar da iniciativa) em todo estado. A data para início do programa será definida durante a webconferência.

Como funciona

O CNJ criou o Portal de Oportunidades, uma página na internet que reúne as vagas de trabalho e cursos de capacitação oferecidos para presos e egressos do sistema carcerário. As oportunidades são oferecidas tanto por instituições públicas como entidades privadas, que são responsáveis por atualizar o portal.

22 JUL 2014

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Ficha limpa

Levantamento da ONG Transparência Brasil revelou que 23% dos conselheiros dos tribunais de contas do país são réus de ações que tramitam nos tribunais superiores. O Paraná ficou pouco acima da média nacional: dos sete conselheiros, pelo menos dois respondem a processos no STJ – o presidente, Artagão de Mattos de Leão, o já afastado da função Fabio Camargo. Para ser exato, isso significa que 28,57% dos nossos conselheiros devem explicações à Justiça.

Por outro lado, em sentido inversamente proporcional, 99,75% dos 399 prefeitos do Paraná respondem a ações promovidas pelo TC. Apenas um está com a ficha ainda limpa.

22 JUL 2014

GAZETA DO POVO

Justiça libera endereço de site para Gleisi

Angieli Maros

A Justiça determinou que um domínio já registrado na internet seja liberado para a candidata ao governo do Paraná Gleisi Hoffmann (PT). O endereço www.gleisi13.com.br havia sido registrado por dois usuários. A Justiça entendeu que eles criaram o site para obter vantagens econômicas. A decisão tem caráter liminar e foi assinada pelo juiz Maurício

Doutor, da 6.^a Vara Cível de Curitiba. A ação foi ajuizada por Gleisi em 9 de julho. Ela alegou que os autores do registro cobraram US\$ 10 mil para repassar o endereço eletrônico à campanha.

As normas do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI) asseguram o endereço a quem registrá-lo primeiro, mas o juiz argumentou que Gleisi é uma figura pública. “Não há dúvida de que o nome de domínio registrado pelos réus tem na composição o nome da autora e o número do seu partido político (gleisi13)”, afirmou o magistrado na sentença. O site de Gleisi deve entrar no ar nesta semana.

Richa é multado por propaganda no Twitter

O governador do Paraná e candidato à reeleição, Beto Richa (PSDB), e a candidata a vice-governadora da coligação, Cida Borghetti (Pros), foram multados pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR) por propaganda irregular na rede de microblogs Twitter. O juiz auxiliar Lourival Pedro Chemim levou em conta textos publicados no perfil oficial do go-

verno do Paraná no Twitter nos três primeiros dias de julho. A coligação da candidata Gleisi Hoffmann (PT) apontou 17 mensagens que poderiam ser caracterizadas como propaganda irregular. Onze foram entendidas pela Justiça como ilícitas e “tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatas concorrentes, no presente pleito eleitoral”, conforme afirmou o juiz, na sentença. Além de ordenar a suspensão imediata das mensagens, o TRE condenou Richa e Cida Borghetti ao pagamento de aproximadamente R\$ 15 mil cada. O dinheiro deve ser destinado ao fundo partidário. (AM)

22 JUL 2014

GAZETA DO POVO

Deputados com mais dinheiro em espécie fizeram autodoação



Nishimori diz que tem somente produtos agrícolas.



Quintana afirma que não tem dinheiro em casa.



Meyer diz que doações foram feitas em cheque.



Valdir Rossoni: R\$ 350 mil doados em 2010.

EM ESPÉCIE

Veja quais são os principais deputados paranaenses que fizeram doações para suas próprias campanhas em 2010 e quanto eles declaram ter em dinheiro vivo atualmente:

Candidato	Doações próprias (2010)	Valor arrecadado (2010)	% de autodoação	Valore em espécie (2014)
Leopoldo Meyer (PSB)	R\$ 107 mil	R\$ 168 mil	64%	R\$ 45 mil
Valdir Rossoni (PSDB)	R\$ 350 mil	R\$ 583 mil	60%	R\$ 100 mil
Luiz Nishimori (PR)	R\$ 192 mil	R\$ 321 mil	60%	R\$ 800 mil
Caio Quintana (PMDB)	R\$ 78 mil	R\$ 155 mil	50%	R\$ 500 mil

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

22 JUL 2014

Quatro parlamentares que declararam ter recursos em casa para as eleições deste ano bancaram a maior parte dos gastos da campanha eleitoral de 2010

Rogério Waldrigues Galindo

Quatro deputados paranaenses que registraram ter em seu poder grandes quantias de dinheiro em espécie para as eleições deste ano foram os principais doadores de suas campanhas nas últimas eleições, em 2010. Levantamento publicado ontem pela *Gazeta do Povo* revelou que vários candidatos às eleições deste ano no Paraná declararam à Justiça Eleitoral ter “dinheiro em espécie” ou “dinheiro em domicílio”. Somados, eles têm pelo menos R\$ 5,6 milhões nessas rubricas. Se consideradas outras rubricas que também dão a entender que o político tem dinheiro vivo em mãos, fora de contas bancárias, o valor ultrapassa R\$ 22 milhões.

O deputado estadual Caíto Quintana (PMDB) foi o responsável por pouco mais de 50% das doações que sua campanha recebeu em 2010. Segundo registro feito no Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Caíto arrecadou R\$ 155 mil para sua campanha de reeleição naquele ano. Desse total, R\$ 78 mil teriam vindo do bolso do próprio parlamentar, por meio de várias

doações em espécie. Apenas uma doação do deputado foi feita em cheque.

Em entrevista à *Gazeta do Povo* publicada ontem, Caíto afirmou que não tem em mãos os R\$ 500 mil que declarou neste ano à Justiça Eleitoral. “Por que eu pus? Para que tenha dinheiro para justificar despesa de campanha. Acontece que eu não tenho R\$ 500 mil. E se vierem me questionar de onde veio esse dinheiro, não veio, porque não existe”, disse o deputado. Ontem, a reportagem tentou contato com o peemedebista para comentar as autodoações de 2010, mas não conseguiu localizá-lo por telefone.

Deputado federal paranaense a declarar maior quantia em espécie em 2014, Luiz Nishimori (PR) afirmou ter bancado 60% de sua campanha em 2010. Ele doou para o próprio comitê R\$ 192 mil dos R\$ 321 mil arrecadados. As doações foram todas feitas em espécie. O parlamentar, porém, nega que se trate de uma manobra contábil. Diz que o valor declarado ao TRE na verdade se refere a produtos agrícolas de suas propriedades que mantém em armazéns ou entregou para cooperativas. “Não tenho o dinheiro, mas se precisar vendo isso e faço dinheiro. Vou pôr na campanha se precisar, mas não tenho como dizer agora se isso vai ocorrer.”

Leopoldo Meyer (PSB), deputado federal de primeiro mandato, doou R\$ 107 mil dos R\$ 168 mil arrecadados por sua campanha de 2010. Já em 2014, ele informou ter R\$ 45 mil em espécie. O deputado afirmou que as doações que fez em 2010 foram

todas em cheque, “da mesma forma como será nesta campanha”. O deputado também afirma que o dinheiro que tinha em 2010 foi usado para outros fins, e não na campanha.

Presidente da Assembleia Legislativa, o deputado Valdir Rossoni (PSDB) bancou R\$ 350 mil dos R\$ 583 mil usados em sua campanha passada. Naquele ano, porém, Rossoni disse não ter dinheiro em espécie e que as doações foram feitas em cheque. Em 2014, o tucano afirma ter R\$ 100 mil em espécie. A reportagem não conseguiu contato com ele por telefone.

22 JUL 2014

GAZETA DO POVO

Partido dos brancos e nulos

Número de eleitores que não pretendem votar em ninguém na eleição presidencial deste ano é três vezes maior do que no mesmo período de 2010

BRASÍLIA

André Gonçalves, correspondente

Enquanto Eduardo Campos (PSB) se esforça para emplacar seu nome como candidato capaz romper a polarização entre o PT de Dilma Rousseff e o PSDB de Aécio Neves, quem aparece de fato na terceira via da disputa presidencial é “ninguém”. A primeira pesquisa Datafolha divulgada após a Copa do Mundo consolida a soma das intenções de voto em branco e nulo na terceira colocação, com 13%. O índice é mais de três vezes superior ao registrado em sondagem do mesmo mês na campanha de 2010 (4%) e quase o dobro que o aferido em julho de 2006 (7%).

Caso o cenário se mantenha, a opção pode ser decisiva para o resultado da eleição. De acordo com o último Datafolha, Dilma aparece com 36%, contra 20% de Aécio, 8% de Campos e 3% do Pastor Everaldo (PSC) — além deles, há 14% de indecisos e outros cinco candidatos nanicos com 1% cada. Quanto mais nulos e brancos computados, menor a quantidade de votos necessária para se alcançar a maioria dos válidos e garantir a vitória no primeiro turno.

De acordo com a legislação eleitoral, ambas as escolhas tornam os votos inválidos, ou seja, fora da conta que define o presidente eleito. No panorama atual, o universo de votos válidos é de 87%. Para evitar um segundo turno, Dilma precisaria conquistar mais oito pontos percentuais e chegar a 44%.

Descontentamento

O diretor do instituto Paraná Pesquisas, Murilo Hidalgo, enxerga um quadro controverso no atual contingente de brancos e nulos. “O dado se deve a uma combinação de descontentamento com a atual gestão e desconhecimento das outras opções. Por outro lado, na prática, é um fenômeno que pode ajudar quem está em primeiro lugar”, diz.

A aposta de Hidalgo é que o índice vai baixar com o início da propaganda eleitoral gratuita na televisão. Não foi o que aconteceu, contudo, em 2006 e 2010. Em ambas as disputas presidenciais, o número de eleitores que consumou o voto branco ou nulo cresceu em relação ao registrado em julho — respectivamente, de 7% para 8,41% e de 4% para 8,64%.

Na avaliação do cientista político da Universidade de Brasília Paulo Kramer, o número ajuda a comprovar o “sentimento de mudança” que pauta o eleitorado. “É algo tão perceptível que até a campanha da Dilma tem se baseado no conceito de que ela, apesar de representar a continuidade, é a única

capaz de fazer as mudanças que o povo quer”, diz Kramer.

Sem anulação

A campanha pelo voto nulo como forma de protesto move centenas de sites e páginas em redes sociais. O principal argumento usado nesses espaços é de que seria possível anular a eleição caso o número de votos nulos chegasse a 50%. O objetivo é desmoralizar os políticos e o sistema eleitoral.

Para o advogado especialista em direito eleitoral Olivar Coneglian, o argumento decorre de um erro de avaliação sobre um artigo do Código Eleitoral, de 1965. “A anulação só pode ocorrer em caso de cassação de um candidato que obteve a maioria dos votos. Já o voto nulo ou em branco, apesar de regular, é sempre inválido”, afirma ele.

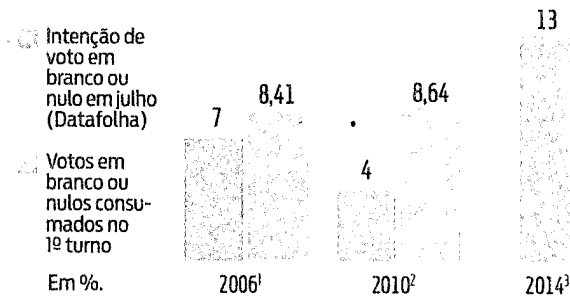
CONTINUA

GAZETA DO POVO

FORA DO JOGO CONTINUAÇÃO

Confira a evolução das intenções dos votos brancos e nulos nas eleições presidenciais e entenda qual o peso deles nas eleições:

22 JUL 2014



Qual a diferença entre votos nulos e brancos?

No sistema das urnas eletrônicas, o voto nulo é computado quando o eleitor digita e confirma um número que não corresponde a nenhum candidato ou partido. O voto é considerado branco quando o eleitor pressiona a tecla branco na urna eleitoral e confirma, não expressando preferência por qualquer dos candidatos.

Como eles contam no resultado final?

Ambos os votos não são considerados válidos. Ou seja, são descartados das contas que definem os eleitos.

Se a porcentagem de votos nulos ultrapassar 50% dos votos totais, a eleição é considerada inválida?

Não. "Ativistas" do voto nulo costumam defender que o Código Eleitoral de 1965 estabelece a anulação da eleição para esse caso. A Constituição de 1988, porém, estipula que a eleição presidencial é definida pela maioria dos votos válidos, descontados os brancos e nulos. Manifestações recentes do Tribunal Superior Eleitoral vão sempre na linha do texto constitucional.

Como os votos brancos e nulos interferem na eleição?

Apesar de simbolizarem algum tipo de protesto, eles afetam pouco na definição direta dos eleitos. Por exemplo, se houvesse apenas um nome na disputa presidencial e todos os eleitores brasileiros resolvessem votar em branco ou nulo, mas o candidato único votasse nele mesmo, ele estaria legalmente eleito.

Quem pode se beneficiar do voto branco ou nulo?

Indiretamente, o voto em branco ou nulo pode ser considerado benéfico para o primeiro colocado de uma eleição no primeiro turno. Imagine uma disputa presidencial restrita a um colégio com 100 eleitores. Se os 100 comparecerem e votarem em algum candidato, são necessários 51 votos para uma vitória no primeiro turno. Se 10 votarem ou branco ou nulo, ele precisará de 46 votos.

Metodologia

¹Em 2006, o Datafolha ouviu 6.264 eleitores em 272 municípios, entre os dias 17 e 18 de julho. Margem de erro: dois pontos percentuais, para mais e para menos. Registro no TSE: BR-11149/2006.

²Em 2010, o Datafolha ouviu 10.905 eleitores em 379 municípios, entre os dias 20 e 23 de julho. Margem de erro: dois pontos percentuais, para mais ou para menos. Registro no TSE: BR-19890/2010.

³Em 2014, o Datafolha ouviu 5.377 eleitores em 223 municípios, entre os dias 15 e 16 de julho. Margem de erro: dois pontos percentuais, para mais ou para menos. Registro no TSE: BR-00219/2014. O levantamento foi encomendado pela Folha de S. Paulo em parceria com a TV Globo.

CONTINUA

22 JUL 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

"É assustador", diz presidente do TRE-PR

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), Edson Vidal Pinto, diz que o crescimento das intenções de voto em branco ou nulo é "assustador". Para o magistrado, o fato está ligado ao um problema crônico do sistema educacional brasileiro e não à falta de informação repassada aos eleitores. "Só por meio da educação um eleitor pode ter plena consciência da sua escolha", afirma.

Vidal Pinto chama de "desserviço" as campanhas na internet favoráveis ao voto nulo como forma de protesto capaz de influenciar no resultado das eleições. "É uma falácia. O voto tem de ser válido para que produza sua eficácia. Quem apregoa um voto sem efeito está fazendo o contrário do que o conceito de cidadania manda."

Urna

O presidente do TRE-PR também descarta que o índice de votos nulos registrados em eleições recentes possa ter sido provocado por desconhecimento sobre o manuseio da urna eletrônica. "A urna brasileira é de uma facilidade de uso muito grande. Assim como sua credibilidade é enorme", afirma. (AG)

"É uma falácia [defender o voto nulo para anular a eleição]. O voto tem de ser válido para que produza sua eficácia. Quem apregoa um voto sem efeito está fazendo o contrário do que o conceito de cidadania manda."

Edson Vidal Pinto, presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR)

22 JUL 2014

GAZETA DO POVO

LUTO

Morre o professor de Direito Alcides Alberto Munhoz da Cunha

O professor de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Alcides Alberto Munhoz da Cunha, 65 anos, faleceu na noite de domingo, vítima de um ataque cardíaco. O velório ocorreu ontem na Capela Vaticano Diamante e a cerimônia de cremação foi realizada às 17 h do mesmo dia, no Crematório Vaticano. Cunha foi diretor da faculda-

de de Direito da UFPR entre 1996 e 2000. Ocupou o cargo de procurador eleitoral no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná entre 1986 e 1994. Foi procurador da República entre 1980 e 1996 e subprocurador Geral da República de 1996 a 1998. Entre 2007 e 2010, também foi conselheiro federal suplente da OAB. Especialista em direito processual civil, Cunha nasceu em Curitiba em 1948 e graduou-se em Direito pela própria UFPR, onde passou 30 anos formando gerações de advogados processualistas.



Munhoz da Cunha (ao centro) em cerimônia de 100 anos do curso de Direito da UFPR, em 2012.

Obituário

Alcides Alberto Munhoz da Cunha, 65 anos.
Profissão: advogado.
Filiação: Carlos Cunha e Laura Munhoz Cunha.
Sepultamento ontem.

22 JUL 2014

GAZETA DO POVO

Ativista pede asilo ao Uruguai

! A advogada Eloisa Samy, de 45 anos, uma das ativistas denunciadas à Justiça por formação de quadrilha armada em processo sobre protestos violentos, pediu ontem asilo político ao Uruguai. Eloisa seguiu para o Consulado Geral do Uruguai no Rio de Janeiro, e a Polícia Militar chegou a procurar por ela no local, mas foi orientada a deixar o consulado. Segundo a deputada Janira Rocha (PSol), o Uruguai negou ontem o pedido de asilo.

Em vídeo produzido por Mídia Independente Coletiva e Ninja Eloisa afirma que é uma “perseguida política”, criminalizada por sua “atuação na defesa por direito de manifestação”. “Jamais cometi qualquer ato que infringisse a lei, mas estou sendo vítima das forças coercitivas do Estado exatamente por defender pessoas que se ergueram e foram às ruas para protestar contra as ilegalidades cometidas por ele próprio. Quem atua na ilegalidade é o Estado. A democracia é regra e nos pertence”.

Na denúncia encaminhada à Justiça, o promotor Luís Otávio Lopes diz que Eloisa aproximou-se dos outros ativistas como advogada, mas que depois teria participado dos atos violentos, “inclusive passando instruções aos ocasionais participantes, tendo sido vista ordenando o início de atos de violência”. Ela também é acusada de prestar “apoio logístico” ao grupo. Ela nega as acusações.

Suzane von Richthofen passa por exames após queda em cela na prisão

! Suzane von Richthofen passou por exames no hospital de Taubaté (SP) na noite de domingo após sofrer uma queda na cela em que estava na penitenciária do Tremembé (SP). A queda aconteceu quando Suzane se dirigia para a porta da cela. Ela escorregou e caiu de costas no chão, batendo a cabeça. Com o impacto, não teria conseguido levantar, reclamando de muita dor na cabeça. Suzane cumpre pena de 39 anos de prisão pelo homicídio triplamente qualificado dos pais, em 2002. Ela tenta desde 2009 a progressão para o regime semiaberto.

NOTA POLÍTICA

Simulador de urna

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) lançou em sua página na internet um simulador da urna eletrônica, para o eleitor treinar, com candidatos fictícios, como vai votar no dia do pleito. O simulador pode ajudar os cidadãos menos familiarizados com um computador. O eleitor pode escolher treinar na votação completa para os cinco cargos em disputa ou optar pela simulação de voto em trânsito ou no exterior, em que apenas o candidato a presidente da República é votado. Mais informações no site do tribunal: www.tse.jus.br.

PGR revisa impacto de planos econômicos nos bancos para R\$ 21 bi

! O possível prejuízo para os bancos; caso eles percam a disputa em torno dos planos econômicos e do impacto no saldo da poupança, foi reduzido de R\$ 441,7 bilhões para R\$ 21,87 bilhões. A nova estimativa foi feita pela Procuradoria Geral da República (PGR) e enviada ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo o documento, a PGR havia levado anteriormente em conta o saldo da poupança à época dos planos econômicos. O valor de R\$ 441,7 bilhões correspondia a 20% dos saldos totais, no período de cada plano, número que foi corrigido até setembro de 2008. Agora, a instituição passou a considerar a faixa livre de exigências de aplicação da poupança, aqueles recursos que não tem obrigação de serem aplicados em financiamento imobiliário ou crédito rural. O julgamento ainda não tem prazo para recomeçar.

NOTA POLÍTICA

Impugnações

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) registrou até sexta-feira 26 pedidos de impugnação contra candidatos que pretendem concorrer às eleições deste ano no estado. Os políticos que são alvos dos pedidos têm prazo de sete dias, a partir da notificação, para se defender. Só a Procuradoria Regional Eleitoral (PRE), do Ministério Público Federal (MPF), é responsável por 14 propostas de ações de impugnação. Ao todo foram avaliados todos os 1.030 candidatos que requereram registro para o pleito perante a Justiça Eleitoral.

22 JUL 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Projeto de Lei sobre precatórios proposto pela OAB é apresentado na Câmara

O Projeto de Lei (PL) 7805/2014 foi apresentado ao Plenário da Câmara pelo deputado federal Vicente Cândido (PT-SP). A matéria dispõe sobre a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública, corrigindo os precatórios judiciais. A ideia nasceu na Comissão Especial de Defesa dos Credores Públicos do Conselho Federal da OAB, e, após aprovação do então anteprojeto pelos conselheiros, foi entregue à Câmara dos Deputados. Em linhas gerais, o PL confere nova redação ao artigo 1º-F da Lei nº 9.494, de setembro de 1997, para corrigir uma discrepância no pagamento dos precatórios aos credores públicos. O presidente nacional da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, ressalta a importância do tema. “Este é um assunto fundamental para a sociedade e para a advocacia, e seguirá recebendo a máxima atenção do Conselho Federal da OAB. Prova disso é que a Ordem foi a percussora da matéria”, destaca Marcus Vinicius.

Marco Antonio Innocenti, presidente da Comissão Especial de Defesa dos Credores Públicos do Conselho Federal da OAB, explica a importância do PL. “Esse projeto visa corrigir uma distorção criada pela Emenda Constitucional 62, ao repor a correção monetária dos débitos judiciais, pois a Taxa Referencial, considerada inconstitucional pelo STF, não mantém o poder aquisitivo da moeda.

22 JUL 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TSE – MINISTRA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL DETERMINA RETIRADA DE LOGOMARCA DO GOVERNO NAS PROPAGANDAS DO BANCO DO BRASIL

A ministra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Maria Thereza de Assis Moura determinou, em decisão liminar, nesta sexta-feira (18), a imediata retirada da logomarca do governo federal das propagandas inseridas no site do Banco do Brasil, denominadas “Torcida Brasil” e “Por que Bom para Todos?”.

A coligação Muda Brasil apresentou ao TSE representação contra a presidente Dilma e o vice Michel Temer, além do presidente do Banco do Brasil, Aldemir Bendine, e o ministro da Secretaria de Comunicação Social, Thomas Traumann, por suposta prática de conduta vedada.

TRT/PR – FAMÍLIA DE REPOSITOR DE SUPERMERCADO DEMITIDO ALGUNS MESES ANTES DE MORRER SERÁ INDENIZADA

A Justiça do Trabalho confirmou a indenização à família de um repositor de supermercado de Irati que ficou doente e foi dispensado por excesso de faltas, vindo a morrer de câncer sete meses depois.

O trabalhador foi dispensado do Supermercado Griczinski

Ltda em fevereiro de 2011 e recebeu o diagnóstico de neoplasia maligna de células germinativas apenas uma semana após a demissão. Acreditando ter sido vítima de discriminação, ele ajuizou ação na Justiça do Trabalho pedindo para ser reintegrado ao emprego.

TRF1 – BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS PODEM AJUSTAR-SE A NOVO TETO

O juiz federal MARK YSHIDA BRANDÃO, em ação de rito ordinário, condenou o INSS a revisar o benefício da parte autora, a fim de que seu valor seja readequado aos novos tetos de benefícios previdenciários introduzidos pelas Emendas Complementares 20/98 e 41/03.

O beneficiário alegou que o valor da renda mensal inicial do seu benefício previdenciário foi reduzido (limitado), pois o salário de benefício obtido à época importava em valor superior ao “teto” então vigente.

O INSS argumentou que a concessão de benefício é um ato ao qual se aplicam as leis vigentes à época da concessão para o cálculo do valor a ser pago ao beneficiário, definido em ato único e não continuado.

22 JUL 2014

FOLHA DE LONDRINA

Juiz obriga liberação de site para Gleisi

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - A Justiça determinou, em caráter liminar, que um domínio já registrado na internet seja liberado para a senadora Gleisi Hoffmann (PT), candidata ao governo do Paraná. O endereço www.gleisi13.com.br havia sido homologado na rede mundial de computadores por dois usuários, que teriam cobrado R\$ 13 mil para fazer a transferência à petista, valor passível de ne-

gociação. A decisão, assinada pelo juiz substituto Maurício Doutor, da 6ª Vara Cível de Curitiba, data da última terça-feira.

No despacho, o magistrado lembra que, apesar da resolução para registro de nomes de domínio obedecer a um critério de precedência, Gleisi é pessoa pública e ex-ministra-chefe da Casa Civil. Além disso, o site tem na composição o nome da autora e o número do seu partido político, o PT. Assim, pondera, o único ob-

jetivo dos réus, Julio Cesar Cavalcanti de Santana e Silvio Mendes Pereira, seria obter "injusto e excessivo proveito econômico em meio a período de campanha eleitoral".

O juiz solicita a imediata transferência do domínio à petista, oficiando-se o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), para que transfiram a titularidade. Procurada pela FOLHA, a assessoria de imprensa de Gleisi confirmou que o domínio já foi liberado e que ele será utilizado como endereço oficial da campanha. A expectativa é que o novo site entre em funcionamento ainda nesta semana.

Dois usuários teriam cobrado R\$ 13 mil para fazer a transferência à petista

22 JUL 2014

FOLHA DE LONDRINA

Jovem que matou comerciante é condenado a 20 anos

Marco Feltrin

Equipe Bonde

Londrina – O jovem Tiago Paulo Teodoro foi condenado a 20 anos e seis meses de prisão pela morte do comerciante Joel Vieira Gonçalves Sobrinho, ocorrida no dia 10 de agosto de 2013 no açougue do Mercado Municipal da Vila Casoni, região central de Londrina. A decisão é do juiz Délcio Miranda da Rocha, da 2ª Vara Criminal de Londrina.

Teodoro, de 20 anos, foi preso poucas horas após o crime, e confessou que matou o dono do açougue para roubar carne para fazer um churrasco e comprar mais cocaína. Ele se passou por cliente e anunciou o assalto, ordenando para que todos fossem para os fundos do estabelecimento. Joel saiu com uma faca em mãos e foi atingido por dois tiros, morrendo ainda no local.

Depois de cometer o latrocínio, Tiago fugiu com outras três pessoas e se escondeu durante três horas em um motel. Ao voltar para casa, foi surpreendido com a chegada da polícia, que o localizou graças aos dados do documento do veículo.

O casal Alison Alves Fernandes e Neila Jaqueline Rosa Fernandes, que ficou no carro enquanto Tiago cometia o crime, também foi condenado. Ambos pegaram sete anos de prisão, mas cumprirão a pena em regime aberto, com recolhimento domiciliar das 22 às 6 horas. O juiz levou em consideração o fato de serem réus primários. Um menor que também estava no veículo foi absolvido.

22 JUL 2014

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Balanco da CCJ

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná realizou 19 sessões ordinárias e cinco extraordinárias durante o primeiro semestre de 2014. Segundo balanço apresentado pelo presidente da CCJ, Nelson Justus (DEM), nos encontros parlamentares discutiram e votaram um total de 408 proposições.

Ritmo foi intenso...

As matérias apreciadas incluem 281 projetos de lei de autoria parlamentar (68,87%), 42 mensagens do Executivo (10,29%), 10 do Tribunal de Justiça (2,45%), uma do Tribunal de Contas (0,24%), duas do Ministério Público (0,49%), um projeto de resolução (0,24%), seis proposições de veto (1,47%), 63 emendas de plenário ou das comissões permanentes (15,44%) e dois recursos contra parecer contrário (0,49%). Ainda de acordo com o deputado, 339 (83,08%) proposições receberam parecer favorável: 60 (14,70%) parecer contrário e nove (2,20%) foram baixadas em diligência para órgãos da administração pública.

Mas deve diminuir

Ele admitiu que, como as atenções do mundo político estarão concentradas nas eleições durante o segundo semestre, a expectativa é que o ritmo dos trabalhos na CCJ e nas demais comissões seja afetado. No entanto, Justus não quis fazer projeções. O retorno dos trabalhos está previsto para 4 de agosto.

Semana que vem

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná informou que os julgamentos das homologações de candidaturas contestadas devem começar na semana que vem, em data ainda a ser definida. O TRE recebeu 26 pedidos de impugnação. Além de Gleisi Hoffmann (PT), candidata ao governo do Estado, e Haroldo Ferreira (PDT), vice-governador na chapa petista, integram a lista nomes de deputados, ex-prefeitos e vereadores. A senadora foi acionada pelo também candidato Ogier Buchi (PRP), que alega que a escolha do pedetista como vice aconteceu depois de encerradas as convenções partidárias. O fato de haver um questionamento, porém, não impede que os concorrentes realizem suas campanhas normalmente, já que as notificações podem não ser aceitas pelo TRE ou, em caso de ratificadas, as partes ainda podem recorrer.

22 JUL 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Liminar obriga dupla a liberar domínio para Gleisi

Autores do registro exigiam R\$ 10 mil da candidata do PT



Embora registros de domínios na internet costumem seguir o critério de precedência, garantindo o uso do nome a quem registrá-lo primeiro, a regra não pode se sobrepor à proteção garantida a signos da personalidade do indivíduo. Esse foi o entendimento do juiz Maurício Pereira Doutor, da 6ª Vara Cível de Curitiba, ao permitir que a senadora e ex-ministra Gleisi Hoffmann (PT-PR) use o site www.gleisi13.com.br, já registrado por outros usuários.

Candidata a governo do Paraná nas eleições de outubro, Gleisi (foto) afirmava que os autores do domínio fizeram “registro abusivo” com o nome de pessoa pública e a numeração do partido que integra, “objetivando unicamente obter injusto e excessivo proveito econômico em meio a período de campanha eleitoral”. O juiz, em decisão liminar, entendeu que os autores do domínio tinham “propósitos exclusivamente comerciais”, pois ofereceram a venda pelo preço de US\$ 10 mil. ■



Divulgação

Gleisi poderá usar o domínio durante a campanha eleitoral

EDITORIAL

O limite do bom senso

Partidos políticos saíram em defesa dos ativistas que tiveram a prisão decretada pela Justiça do Rio. Defender os acusados de maneira jurídica é correto e normal, o problema, é que a forma escolhida foi um ataque à reputação do juiz que decretou a prisão. Ou seja, questão está extrapolando o limite do bom senso.

Independentemente da posição política de cada um, o juiz levou em consideração, para decretar a prisão, atos de vandalismo

e de agressão a outras pessoas. Como no caso eu um policial militar foi atingido por um morteiro lançado pelos manifestantes. O que houve neste caso, foi uma tentativa de homicídio. Um crime que transcende às manifestações políticas.

Na mesma linha, as depredações em comércios e prédios públicos também não podem fazer parte da expressão de uma ideia. Por melhores que sejam as razões dos protestos, o crime está configurado. ■

NOTA POLÍTICA

Richa condenado

A judicialização já é uma das marcas da disputa pelo governo do Paraná, mas não há saída quando candidatos desconhecem limites. Beto Richa que concorre a mais um mandato de governador, e sua vice Cida Borghetti, foram condenado novamente, desta vez por usar o Twitter do Governo do Estado para autopromoção. A multa é de 15 mil UFIRs. A página já foi retirada do ar.

22 JUL 2014

METRO

Poupança. Procuradoria revisa impacto de planos

A Procuradoria Geral da República recalculou para R\$ 21,87 bilhões o lucro bruto dos bancos com a caderneta de poupança em planos econômicos nas décadas de 1980 e 1990. O novo cálculo foi enviado ontem ao STF (Supremo Tribunal Federal), que poderá agora marear o julgamento dos processos de poupadores referentes às perdas da caderneta com os planos.

O cálculo anterior da procuradoria indicava que os bancos teriam tido lucro bruto de R\$ 441,7 bilhões com a diferença nos índices de reajuste da caderneta de poupança nos planos Bresser, Verão, Collor 1 e Collor 2. O Banco Central e as instituições financeiras contestaram o número e, em maio deste ano, a Procuradoria pediu para adiar o julgamento para refazer as contas.

“Não representa o número que se desejava encontrar: o lucro bruto”, diz o parecer assinado pelo procurador da República Carlos Alberto de Oliveira Lima.

A retomada do julgamento dependerá do futuro presidente da Corte, o ministro Ricardo Lewandowski, que também é relator de um dos processos. **METRO**

21,87 bi

le reais é o lucro bruto dos bancos com a caderneta de poupança, recalculado pela Procuradoria Geral da República.

22 JUL 2014

TRIBUNA DO PARANÁ

TSE lança simulador da urna

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) lançou em sua página na internet um simulador da urna eletrônica. Por meio da ferramenta, o eleitor pode treinar, com candidatos fictícios, como vai votar no dia do pleito. O simulador pode ajudar o cidadão menos familiarizado com um computador e até reduzir o tempo para votar.

O eleitor pode escolher treinar na votação completa para eleger os representantes de cinco cargos em disputa ou optar pela simulação de voto em trânsito ou no exterior, em que o cidadão vota somente para presidente da República.

A ordem de votação é mesma que aparecerá na urna no dia da eleição. Primeiro será escolhido um candidato a deputado estadual, seguido por deputado federal, senador, governador e presidente da República.

O eleitor que participar da eleição fictícia terá que escolher entre os candidatos dos partidos dos Esportes; das Profissões; dos Ritmos Musicais; das Festas Populares e do Folclore.

O primeiro turno do pleito deste ano será em 5 de outubro. O segundo está marcado para o dia 26.

MULTADOS

O governador do Paraná e candidato à reeleição, Beto Richa (PSDB), e a candidata a vice-governadora Cida Borghetti (Pros) foram multados pelo TIRE por realização de propagandas irregulares no Twitter. A decisão foi assinada pelo juiz auxiliar Lourival Pedro Chemim e levou em conta textos publicados no perfil oficial do governo do Paraná no Twitter, nos três primeiros dias de julho.

IRREGULAR

As supostas irregularidades foram apontadas pela coligação da candidata Gleisi Hoffmann (PT), que apontou 17 mensagens que poderiam ser caracterizadas como propaganda irregular. Onze foram entendidas pela Justiça como ilícitas.

SUSPENSÃO

Além de ordenar a suspensão imediata das mensagens, o TIRE condenou Richa e Cida Borghetti ao pagamento de aproximadamente R\$ 15 mil cada. O dinheiro deve ser destinado ao fundo partidário.

OUTRO LADO

A assessoria jurídica da campanha de Beto Richa informou que a condenação envolve postagens antigas, e que já entrou com recurso para levar o caso novamente ao tribunal.

22 JUL 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Procuradoria admite erro na conta sobre planos econômicos

Novo cálculo da PGR reduz estimativa dos ganhos dos bancos de R\$ 441,7 bilhões para R\$ 21,87 bilhões

Victor Martins

Erich Decat/BRASÍLIA

Depois de receber pressões do governo e do sistema financeiro para alterar a metodologia de cálculo, a Procuradoria Geral da República (PGR) mudou a estimativa dos valores passíveis de devolução aos consumidores para quitar alegadas perdas na correção da caderneta de poupança provocadas pelo uso de diferentes índices adotados à época pelos bancos.

A conta inicial de R\$ 441,7 bilhões foi revisada para R\$ 21,87 bilhões em razão da alteração no cálculo, chamado de lucro potencial dos bancos. Esse seria o valor a ser eventualmente revertido aos poupadores.

Há uma disputa no Supremo Tribunal Federal (STF) envolvendo planos econômicos e a poupança. Bancos e poupadores discutem a constitucionalidade dos planos Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II, editados nos anos 1980 e 1990. Os clientes acusam as instituições de terem lucrado com as mudanças monetárias seguidas e alegam ter sofrido prejuízos no período.

A PGR explicou que a alteração desse valor se refere à mudança na metodologia. A conta inicial levava em consideração o saldo total de depósitos classificados como "faixa livre".

Na prática, os bancos utilizam o dinheiro que os clientes depositam na poupança para realizar outras operações financeiras. Parte dos depósitos, por obrigação, tem de ser transformada em crédito imobiliário ou rural. A fatia dos recursos que não tem de cumprir essa e outras determinações pode ser aplicada em outras operações, a taxas livres de mercado.

Quando a PGR fez o primeiro cálculo, disse que o saldo que estava nessa "faixa livre" era o lucro dos bancos. Agora, na reestimativa, a Procuradoria geral da República usou o valor que estava dispensado das obrigações de aplicação no crédito rural e imobiliário e calculou qual teria sido o lucro bruto dos bancos.

O valor foi corrigido de junho de 1987 a setembro de 2008.

Reflexos. A mudança foi bem recebida no mercado financeiro e as ações dos bancos subiram. Os papéis ordinários do Banco do Brasil, que já estavam em alta devido às expectativas eleitorais, aceleraram o movimento e chegaram a liderar o Ibovespa, antes de fechar com valorização de 2,30%. Os concorrentes privados, Bradesco PN (+0,80%) e Itaú Unibanco PN (+0,85%), acompanharam o movimento.

As pressões sobre a Procuradoria Geral da República se intensificaram em maio, quando

uma decisão sobre o caso parecia próxima.

Representantes do governo estiveram com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, para falar sobre erros no primeiro parecer dado pela instituição.

Em 28 de maio, durante o julgamento que parecia definitivo, a PGR pediu para fazer nova avaliação sobre as estimativas de impacto. Depois disso, o órgão recebeu visitas de autoridades para tratar do assunto.

O procurador-geral do Banco Central, Isaac Sidney Ferreira, negou ter tido acesso aos números e ao parecer da Procuradoria Geral da República antes da divulgação.

Por meio da assessoria, informou que não teve acesso "nem terá antes dos relatores, mas ele esteve em audiência na Procuradoria-Geral da República uma vez, conforme registro veiculado em sua agenda pública do dia 25 de junho, quando expôs os argumentos do Banco Central sobre os equívocos metodológicos da estimativa anterior".

CONTINUA

22 JUL 2014

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

PARA LEMBRAR

Debate sobre direitos

O julgamento dos planos econômicos no Supremo Tribunal Federal (STF), que vai determinar sua constitucionalidade, foi iniciado em novembro de 2013. Desde então, os interessados puderam se manifestar e defender seus respectivos pontos de vista. Em maio, no entanto, o julgamento foi adiado para a realização de um nova perícia de impacto da decisão do STF. O principal argumento dos bancos é de que os correntistas não têm direito adquirido ao índice que vinha sendo aplicado às cadernetas de poupança antes dos planos. Na época, a correção das aplicações foi feita por índices inferiores à inflação real. Banco do Brasil e Caixa respondem por quase metade do valor a ser desembolsado caso a Justiça dê ganho de causa aos poupadores. As ações envolvem 400 mil cadernetas em atividade no período de vigência dos planos.

22 JUL 2014

O ESTADO DE S. PAULO

BANCO PANAMERICANO **TRF nega desbloqueio** **de bens a ex-executivos**

O Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região recusou as apelações do ex-presidente e de um diretor do banco Panamericano para desbloqueio de seus bens. O bloqueio, conforme nota à imprensa, visa a garantir a eficácia, em caso de futura condenação, da reparação de supostos danos causados em esquema de desvio e lavagem de dinheiro que teria gerado prejuízo de pelo menos R\$ 3,8 bilhões.

R\$ 3,8 bi
É O PREJUÍZO
ESTIMADO NO
CASO DO BANCO
PANAMERICANO

SISTEMA PENITENCIÁRIO **Suzane Richthofen cai e** **é levada para hospital**

Suzane von Richthofen, de 30 anos, condenada 39 anos de prisão pela morte dos pais, em 2002, sofreu uma queda acidental e bateu a cabeça na cela da Penitenciária Feminina de Tremembé, no interior de São Paulo, na noite de domingo. Queixando-se de dores, ela foi levada para o Hospital Regional de Taubaté. Suzane passou por exames de tomografia, mas não foram encontradas lesões.

12
ANOS É O TEMPO
QUE SUZANE
VA CUMPRIR
NA PRISÃO

22 JUL 2014

BEMPARANÁ

Começar de Novo

Paraná adere à capacitação de presos

A Secretaria estadual da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos promove, hoje, a partir das 14 horas, uma web-conferência para implantação do Programa Começar de Novo, no âmbito dos Patronatos em todo o Estado do Paraná. O evento é realizado em conjunto com o Patronato Central do Estado, a Vara de Execuções Penais de Curitiba, o Serviço Social do Fórum de Execuções Penais e a Correge-

doria de Presídios.

O Programa Começar de Novo, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), visa a sensibilização de órgãos públicos e da sociedade civil para que forneçam postos de trabalho e cursos de capacitação profissional para presos e egressos do sistema carcerário. O objetivo do Programa é promover a cidadania e consequentemente reduzir a reincidência no crime.

Planos econômicos

Julgamento pode ficar para 2015

A disputa em torno dos planos econômicos e de possíveis prejuízos de poupadores parece longe do fim. Partes envolvidas nos processos esperam a retomada do julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) apenas no próximo ano, após as eleições. A Corte, no entanto, é quem dará a palavra final e, por enquanto, segue em recesso.

A reestimativa de quanto os bancos faturaram com os planos econômicos, divulgada ontem, pela Procuradoria Geral da República (PGR), deixou os acionistas de ban-

cos menos preocupados. Anteriormente, a conta era de R\$ 441,7 bilhões e, agora, caiu para R\$ 21,87 bilhões.

Integrantes do governo envolvidos no processo lembram que essa reestimativa sobre o lucro dos bancos com os planos econômicos é uma parte dos números que envolvem o caso. Ainda é preciso ver quem terá o direito de receber os expurgos inflacionários. O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) estima que, ao fim do processo, os bancos terão de pagar R\$ 8,4 bilhões.

22 JUL 2014

BEMPARANÁ

Outdoor

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná manteve a multa de R\$ 5 mil ao governador Beto Richa (PSDB), candidato à reeleição, por propaganda eleitoral antecipada. A ação foi proposta pela coligação "Paraná Olhando Para Frente", da concorrente, senadora Gleisi Hoffmann (PT). O motivo da multa foi a exibição de um outdoor exposto na entrada do barracão onde foi realizada a convenção estadual do PSDB, no último dia 29, com o número do candidato à reeleição. De acordo com o juiz relator, Humberto Gonçalves Brito, a exposição do outdoor é considerada propaganda antecipada. A defesa de Richa argumenta que se tratava de um pré-candidato, o que justificaria o outdoor. "O conteúdo do material não faz qualquer alusão à pré-candidatura, ao contrário, indica o número do partido (45), o que evidencia a intenção de propagar aos eleitores em geral a candidatura", sentenciou o juiz.

Twitter

Richa e a vice na candidatura ao governo, deputada Cida Borghetti (Pros), também foram multados em R\$ 15 mil pela Justiça Eleitoral por terem veiculado publicidade no Twitter oficial do governo do Estado. A decisão de domingo do juiz auxiliar Lourival Pedro Chemin pede também a suspensão da prática, sob pena de multa de R\$ 100 mil por dia. As mensagens publicadas na rede social fazem menção à equipe do governador em eventos no interior do Paraná nos dias 1º, 2 e 3 de julho deste ano.

Facebook

Já o juiz Guido José Döbelli considerou improcedente ação da coligação de Gleisi Hoffmann, que pedia aplicação de multa a Beto Richa por, supostamente usar a página de serviços do governo do Estado no Facebook para fazer promoção pessoal. O juiz analisou a página e não encontrou nada que ferisse a legislação. No despacho, o magistrado destacou o caráter de utilidade pública do perfil. "De que adianta abrir inscrição para cursos de gestantes, liberar pista para o tráfego, prorrogar concursos e não divulgá-los? Além disso, que tipo de propaganda estaria fazendo para o seu governo ao divulgar atos de outros municípios, como oficialização dos jogos abertos? Ou na divulgação de fotos que demonstram belezas do Estado?", argumentou Döbelli.

22 JUL 2014

FOLHA DE S. PAULO

Majoridade penal

SUZANA HERCULANO-HOUZEL

A adolescência é um processo, e não há como definir quando exatamente o cérebro vira adulto

PARTICPEI RECENTEMENTE, na qualidade de neurocientista, de um debate com um delegado, um promotor, uma defensora dos direitos humanos e um pai cuja filha adolescente foi assassinada por outro adolescente. O tema? Se a maioria penal deveria ser reduzida de 18 anos para, por exemplo, 16.

Supostamente, éramos especialistas de opiniões divergentes: três a favor, dois contra a redução. Ao longo do debate, no entanto, chegamos à conclusão de que éramos todos a favor das mesmas coisas: a punição de assassinos independentemente da idade, e o fim da atual tabula rasa concedida a menores delinquentes ao completarem 18 anos.

Para a neurociência, é fantasia supor que, ao completar um certo número de anos de vida, o cérebro, literalmente da noite para o dia, se torne capaz de raciocínio consequente, e portanto criminalmente imputável — e ainda esqueça todo o mal causado anteriormente.

A adolescência é um processo de transformações biológicas guiadas pela experiência. Por ser um processo, e não um evento com data marcada, não há como definir quando exatamente o cérebro vira adulto.

A capacidade de raciocínio abstrato, por exemplo, já está bem estabelecida aos 13-14 anos; o raciocínio consequente, base da imputabilidade, termina de amadurecer lá pelos 16-18. Mas a mielinização das conexões pré-frontais, por exemplo, o que permite decisões sensatas e maduras, só termina lá pelos 30

anos de idade. Qualquer idade, portanto, é arbitrária para marcar o fim da adolescência: a neurociência não fornece um “número mágico” que sustente a maioria penal aos 16, aos 18 anos ou em qualquer outra idade.

Elançar ex-menores infratores de volta à sociedade com ficha limpa e “sem” antecedentes criminais, mesmo que tenham matado, esfolado e trucidado, é fantasia que beira o delírio. A qualquer idade, e ao longo de toda a vida, o cérebro é a soma cumulativa da sua biologia e de todas as experiências vividas. A borracha que o sistema judiciário passa atualmente nos ex-menores infratores infelizmente não se aplica ao cérebro. Não se recomeça do zero, mas é possível ter uma segunda chance, sim — sempre por cima de tudo o que aconteceu antes.

O consenso, portanto, foi que consultar o público sobre reduzir a maioria penal é fazer a pergunta errada — pois não há resposta certa, nem ela resolve o que de fato se busca: um sistema mais justo de punição, prevenção e proteção.

SUZANA HERCULANO-HOUZEL é neurocientista, professora da UFRJ e autora do livro “Pílulas de Neurociência para uma Vida Melhor” (ed. Sextante) e do blog www.suzanaherculanohouzel.com

suzanahh@gmail.com

22 JUL 2014

FOLHA DE S. PAULO

Justiça proíbe a Imprensa Oficial de reproduzir conteúdos da Folha

DE SÃO PAULO - A Justiça determinou que a empresa Imprensa Oficial do Estado S/A deixe de reproduzir em seu serviço de clipping conteúdos da **Folha** e do "Agora" sem autorização da Empresa Folha da Manhã S/A, que edita os jornais.

Em petição ao Judiciário, a **Folha** alegou que a Imprensa Oficial copia o material dos jornais sem permissão em produtos de clipping vendidos a órgãos da administração pública — o que configura violação

de direitos autorais.

A **Folha** já obteve vitórias judiciais semelhantes em processos contra a EBC (Empresa Brasileira de Comunicação) e o Senado Federal, entre outros.

O despacho da 16ª Vara Cível da capital apontou "o risco de dano irreparável consistente na possibilidade de violação de direitos autorais".

A decisão é provisória e cabe recurso. A Imprensa Oficial informou que está analisando o despacho e que vai recorrer.

PAINEL

Levantando... Uma consultoria americana contatou juristas brasileiros em busca de referências sobre Joaquim Barbosa. A firma presta serviços para uma ONG que planeja contratar o presidente do Supremo Tribunal Federal após sua aposentadoria.

...aficha Os consultores perguntam a juízes, advogados e acadêmicos se Barbosa já se envolveu em casos de corrupção ou discriminação e se seu temperamento influenciou sua gestão no STF.

BONDE

21 JUL 2014

Estado acessou indevidamente R\$ 34 milhões em depósitos judiciais

Roger Pereira - Redação Bonde - 20/07/2014 -- 15h53

Relatório final da Caixa Econômica Federal, entregue à seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), mostra que R\$ 34,37 milhões foram transferidos indevidamente de contas judiciais para a conta do governo do Paraná após a aprovação pela Assembleia Legislativa do acesso pelo tesouro estadual aos depósitos judiciais tributários. Os mais de R\$ 34 milhões referem-se a 1906 contas judiciais não tributárias, cujos saldo o Estado também teve acesso indevidamente.

Em janeiro deste ano, o governo começou a utilizar seu direito de acesso aos depósitos judiciais, após aprovação da Conta Única pela Assembleia Legislativa e a autorização para, em acordo com o Poder Judiciário, gerir os recursos tributários. Mas, já nos primeiros saques, advogados procuraram a OAB-PR reclamando que contas judiciais não tributárias foram zeradas sem nenhuma explicação. A partir desta constatação, a Ordem tomou frente no processo, levando o caso ao Tribunal de Justiça e formalizando acordo para a verificação de todas as contas e suas recomposições por meio da Caixa.

Em janeiro, a então secretária de Fazenda, Jozélia Nogueira, admitiu que, por equívoco e falta de experiência do governo com esses recursos, o governo acabou incorporando, indevidamente, R\$ 365 mil de 19 contas não tributárias que foram confundidas com tributárias. Seis meses depois, o levantamento final da Caixa mostra que o equívoco foi muito maior. A Caixa analisou, ao todo, 2047 reclamações, constatando que 1906 delas eram procedentes e restituindo o total de R\$ 34.374.841,74 às contas judiciais.

Conforme explica o vice-presidente da Seccional, Cássio Telles, todos os casos apresentados pelos advogados à OAB Paraná foram levados ao Tribunal de Justiça (TJ) que acatou as propostas e sugestões da Ordem para buscar uma solução neste caso. Na ocasião, em atendimento a solicitação da OAB feita ao TJ e à CEF, foram expedidos ofícios para todas as comarcas solicitando a conferência das contas não tributárias, para dimensionar o número de contas atingidas com o saque equivocado.

Na medida em que o levantamento das unidades judiciárias do interior chegavam à CEF, o governo do estado era avisado para fazer a recomposição dos saldos. No sita da OAB-PR, há o **relatório completo, organizado pela data de recomposição e identificando a cidade**, o processo, a Vara correspondente e o valor recomposto. O advogado que eventualmente identificar algum prejuízo deve comunicar a Ordem que está pronta para atuar e pedir a recomposição", afirmou Cássio Telles.